



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150552 - RN (2021/0224979-0)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
RECORRENTE : FRANCISCO DA SILVA LIMA (PRESO)
ADVOGADO : LEANDRO DANTAS DE QUEIROZ E OUTRO(S) - RN010757
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CORRÉU : LARA JANINE RIBEIRO DE SOUZA

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por FRANCISCO DA SILVA LIMA contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE (*Habeas Corpus* n. 2017.005098-0).

O recorrente foi preso em flagrante delito e teve a prisão convertida em preventiva, pela suposta prática dos crimes tipificados nos arts. 33 e 35 da Lei n. 11.343/2006.

Sustenta excesso de prazo na formação da culpa, uma vez que a segregação cautelar do paciente chegou à cota de 10 meses.

Requer, liminarmente, a sua imediata soltura, expedindo-se o competente alvará de soltura. No mérito, requer o provimento do recurso para que seja confirmada a liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente